

A INVASÃO DE SOULT E A RECONQUISTA DE CHAVES AOS FRANCESES 1809

A CAMPANHA DE FRANCISCO DA SILVEIRA

Abílio Pires Lousada

INTRODUÇÃO

A Reconquista de Chaves aos franceses, ocorrida em Março de 1809, é um episódio inserto nas invasões a que Napoleão sujeitou Portugal no início do século XIX; um episódio da Guerra Peninsular, um acontecimento relevante quando o tema é a Invasão de Soult. A ocupação de Chaves por Soult e as operações militares desenvolvidas pelo Brigadeiro Francisco da Silveira, que conduziram à sua reconquista, são o ponto central da abordagem onde, para além de acompanharmos ‘o jogo’ tático dos dois comandantes, extrairemos as ilações estratégicas e as consequências operacionais da reconquista de Chaves.

“*E se eles voltam!*” era o dilema português, após Junot ser expulso em Agosto de 1808. Um dilema centrado em preocupações militares, onde sobressaía a ausência de um exército regularmente organizado e preparado para enfrentar de novo os franceses. Eles voltaram! E o resultado foi a mais curta invasão napoleónica, quer no tempo quer no espaço, em que a violência do confronto foi característica dominante. Invadir Portugal pelo Norte, tendo o Porto como objectivo intermédio, revelou-se um erro, só possível de explicar pela ignorância relativamente ao temperamento das suas gentes, o apego à terra e a relutância em colaborar ou acomodar-se perante intrusos ostensivos. Ignorância que se estende à orografia, ao clima e aos recursos alimentares e de alojamento da região, agrestes nos dois primeiros casos e escassos nos dois últimos.

Consequentemente, o fracasso da invasão, mais que uma fatalidade francesa, constitui uma realidade prognosticada, de tal forma que o Exército «galego» de Soult, que tinha Lisboa como objectivo final, não foi sequer capaz de se sustentar na faixa Douro-Vouga. Neste âmbito, a acção dos Fronteiros de Chaves e a reconquista da vila por Francisco da Silveira desligaram a «corrente» logística» do exército de francês, e deixando-o com ‘um espinho’ cravado nas costas.

1. “E SE ELES VOLTAM”!

Em finais de 1808, anulada a Invasão de Junot, o País encontrava-se desarmado e com receio que os franceses voltassem. De facto, depois do tropel de acontecimentos ocorridos em território português entre Novembro de 1807 e Agosto de 1808, o País encontrava-se exangue. E o caso não foi para menos.

1808 consubstanciou a violência de um grito de revolta popular contra a usurpação de bens, a expropriação territorial, as ofensas morais e as agressões físicas efectuadas por um invasor que não levou em linha de conta o «código genético» português. Enquanto a repressão francesa devastava os povoados e chacinava os residentes, estes destilavam ódio e tingiam em sangue as colunas francesas. O País foi varrido de Norte a Sul por uma onda de violência sem paralelo, assistindo a uma guerra assimétrica, onde paus, pedras e armas domésticas defrontaram fuzis de infantaria, sabres de cavalaria e peças de artilharia. A guerra pendeu a favor da subversão portuguesa, porque o objectivo era vital, estando em causa a sobrevivência da Nação e a integridade do Estado, combatia-se no espaço territorial que se conhecia e dominava e tinha-se o apoio externo de uma «espada forte e comprida», a Inglaterra.

Após nove meses de ocupação, Junot retirou de Portugal, manchando a glória vitoriosa das armas napoleónicas. Mas era previsível que novo acto acontecesse, pois Napoleão precisava de ocupar e subjugar Portugal (e a Espanha) para anular a Inglaterra.

Em finais de 1808, Portugal estava sem força armada, atendendo que Junot tinha licenciado o exército regular português, desmantelado as milícias e as ordenanças, desarmado a população e enviado a Legião Portuguesa (as melhores tropas nacionais) a combater na Europa por Napoleão.

No entanto, homens como Miguel Pereira de Forjaz e Bernardim Freire de Andrade procuraram levantar um novo exército. Rapidamente, o Exército de Linha cresce de 20.000 homens para 55.000, as milícias atingem os 51.000 e as ordenanças o dobro¹. Esta foi a base do exército que o general inglês Carr Beresford organizou e ampliou, quando foi empossado comandante em chefe do Exército Português, em Março de 1809.

Contudo, a iminência da agressão de Soult centrou as atenções na revitalização das forças irregulares, mais fáceis de mobilizar e com provas dadas. Assim, e porque os exércitos não renascem das cinzas, é a partir da estrutura das milícias e das ordenanças que o Exército de Linha emerge e que se organizam as necessárias forças territoriais e de guarnição. No fundo, é este o alcance do Decreto de 11 de Dezembro de 1808 que, ao instigar toda a população a pegar em armas, espelha o “*desespero defensivo de uma Nação*”².

¹ Pedro de Avelaz, “Portugal nas Guerra Napoleónicas. Uma Visão Global. Estratégias e Organização Militar”, in *Guerra Peninsular. Novas Interpretações*, Lisboa, Tribuna, Setembro de 2005.

² Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

Decreto do Conselho de Regência (Dezembro de 1808)

“(…) Sou servido determinar que toda a Nação Portuguesa se arme pelo modo que a cada hum for possível: que todos os homens, sem excepção de pessoa, ou classe, tenham huma espingarda, ou pique, e todas as mais armas que as suas possibilidades permitirem. Que todas as cidades, villas, e povoações se fortifiquem, para que, reunindo-se aos seus habitantes todos os moradores dos lugares, aldêas, e casaes visinhos se defendão alli vigorosamente quando o inimigo se apresente. Que todas as companhias se reunam nas suas povoações todos os domingos e dias santos para se exercitarem no uso das armas que tiverem e nas evoluções militares, compreendendo todos os homens de idade de quinze anos até sessenta anos (…).”

Este Decreto é um apelo para o levantamento em massa de uma nação em armas, assente nas tradicionais milícias e ordenanças. Cada cidadão trataria de defender arreigadamente cada ponto do país, cada terra, desfiladeiro, passagem de rio. Os homens que constituíam as Milícias e as Ordenanças ufanavam a defesa das suas terras, viviam um quotidiano comum, trabalhavam a terra durante a semana e treinavam-se regularmente aos domingos e dias santos³. Sada a sua flexibilidade estavam especialmente vocacionados, para o corte das linhas de comunicações e de abastecimentos do invasor, efectuar emboscadas, atacar a retaguarda do inimigo, atrasar a sua progressão, dispersar os seus efectivos. Sempre sem empenhamentos decisivos, mediante uma *“rapidez e surpresa no combate; dispersão e segurança na retirada”*⁴. Os efeitos para o invasor foram devastadores. Como já o tinham sido, aliás, durante a ocupação de Junot. A diferença é que em 1808 mais que a acção da tropa de linha ou das forças irregulares de milícias e ordenanças, foi o povo, que matava para sobreviver, quem tornou a presença francesa em Portugal um tormento. Agora, a novidade na organização da resistência é que as forças irregulares deixaram de ficar ao livre-arbítrio dos chefes locais e circunscritas aos locais de residência de cada um; eram operacionalizadas em regimentos de milícias e brigadas de ordenanças e integradas no *“exército regular, num único dispositivo militar”*⁵.

³ A este respeito, Ferreira Martins lembra a preocupação dos oficiais em ocupar e treinar as milícias, *“para que o trabalho as faça robustas e lhes desterre o ócio com que se fazem viciosas e prejudiciais ao sossego dos paisanos”*: *História do Exército Português*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1945.

⁴ Manuel Themudo Barata, “A Guerra Subversiva – Soldados Sem Uniforme”, in *Nova História Militar de Portugal*, Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 3, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004.

⁵ Idem.

Entretanto, em Espanha, a acção da guerrilha fugia ao controlo francês e dificultava a consolidação da dinastia napoleónica assente em José Bonaparte. De tal forma que o imperador foi obrigado a marcar presença e a conduzir directamente as operações militares. Assim, Burgos foi tomada a 10 de Novembro e Madrid ocupada em 4 de Dezembro de 1808. Depois, Napoleão ordenou o ataque aos contingentes ingleses que, a partir de Portugal, auxiliavam a guerrilha espanhola. A tarefa foi conferida ao marechal Nicolas Soult, Duque da Dalmácia, que encurralou na Galiza o destacamento militar de John Moore, obrigando-o a embarcar na Corunha, com pesadas baixas e a morte do comandante inglês.

Com a Galiza controlada, estava ‘aberta a porta’ para a invasão de Portugal. Nesta altura, o contingente de Soult rondava os 47.000 homens mas, atendendo às guarnições que tinham que ficar em Santander, na Corunha e no Ferrol, aos cerca de 8.000 homens empregados nos serviços de comunicações e 12.000 doentes, ficavam livres 25.000 soldados. Muitos deles eram veteranos das campanhas de Austerlitz e Iena, mas estavam saturados dos combates de Inverno, das marchas forçadas e da fome⁶.

2. O MALOGRO DO MINHO E CHAVES NA ROTA DA INVASÃO DE SOULT⁷

A Invasão de Soult pelo Minho/Várzea de Chaves explica-se, portanto, pela presença do seu Corpo de Exército na Galiza, onde lavrava a insurreição espanhola e marcava presença o contingente militar inglês de John Moore. Assim, invadir Portugal pela raia do Norte foi o óbvio, porque o mais próximo, mediante um desdobramento das forças francesas presentes na região. Além disso, previa-se marchar ao longo do litoral mediante ligação do eixo Braga-Porto-Coimbra-Lisboa.

A deliberação de Napoleão voltar a atacar Portugal é decidida quando Napoleão ocupa Madrid e coloca o irmão José no trono de Espanha. A derrota de John Moore favoreceu a decisão. Depois de ocupar Madrid e subjugar Castela, Napoleão centra a sua preocupação na ameaça austríaca, que o impele a regressar a Paris⁸. Uma vez que pretende evitar uma guerra

⁶ Maria Ermelinda de Avelar Soares Fernandes Martins, *Coimbra e a Guerra Peninsular*, Coimbra, Tipografia da Atlântida, 1944.

⁷ Para analisar a invasão de Soult acompanhamos a narrativa dos seguintes autores: Carlos de Azeredo, *Invasão do Norte 1809. A Campanha do General Silveira contra o Marechal Soult*, Lisboa, Tribuna, 2004; Barros Rodrigues, *Organização Dos Exércitos, Organização Militar Portuguesa, Estratégia, Geografia e História*, História Militar – Guerra Peninsular, Lisboa, Escola do Exército, 1935-1936; Ferreira Gil, *A Infantaria Portuguesa na Guerra Peninsular*, segunda parte, 1912; Alfredo Pereira Taveira, *Defesa de Portugal*, Primeira Parte, Lisboa, Typ. da Cooperativa Militar, 1906.

⁸ Nesse ano de 1809, a guerra entre a França e a Áustria dominará as atenções na Europa, materializada nas batalhas de Esseling e Wagram.

em duas frentes, precisa de anular definitivamente a ameaça peninsular. Assim, logo que toma conhecimento da derrota de John Moore dá instruções imediatas para a invasão de Portugal.

A 28 de Janeiro, o Marechal Soult recebe em Ferrol o plano de invasão do imperador, que contemplava o empenhamento de três Corpos de Exército constituídos por cerca de 54.000 homens. A ofensiva previa um ataque principal (II CE de Soult), uma força de apoio (Divisão Lapisse), uma força de «diversão» (I CE de Victor) e uma força de cobertura (VI CE de Ney), distribuídos da seguinte forma:

- O Marechal Soult, com cerca de 23.000 homens, atacava segundo a direcção de Santiago de Compostela-Tuy, atravessava o rio Minho e marchava de seguida para o Porto, que devia ocupar, o mais tardar, a 5 de Fevereiro. Numa segunda fase, marchava em direcção a Lisboa, aí hasteando a bandeira tricolor francesa, nunca depois de 16 de Fevereiro;

- Quando Soult atingisse o Porto, o General Lapisse, no comando de uma Divisão posicionada em Salamanca e em ligação com o CE de Victor, mandava avançar os 8.000 homens da Brigada de cavalaria de Maupetit para Abrantes, de forma a proteger-lhe o flanco esquerdo;

- Enquanto isso, o I CE de Victor, bivacado em Mérida e compreendendo 30.000 homens, tinha a missão de ocupar Sevilha e Cádiz e, se o ataque de Soult sofresse contratempos, devia invadir o Alentejo, reunir-se às forças de Lapisse e avançar para Lisboa;

- Entretanto, o VI CE do Marechal Ney, com 16.000 soldados, finalizaria a subjugação da Galiza e garantia as comunicações com o contingente de Soult.

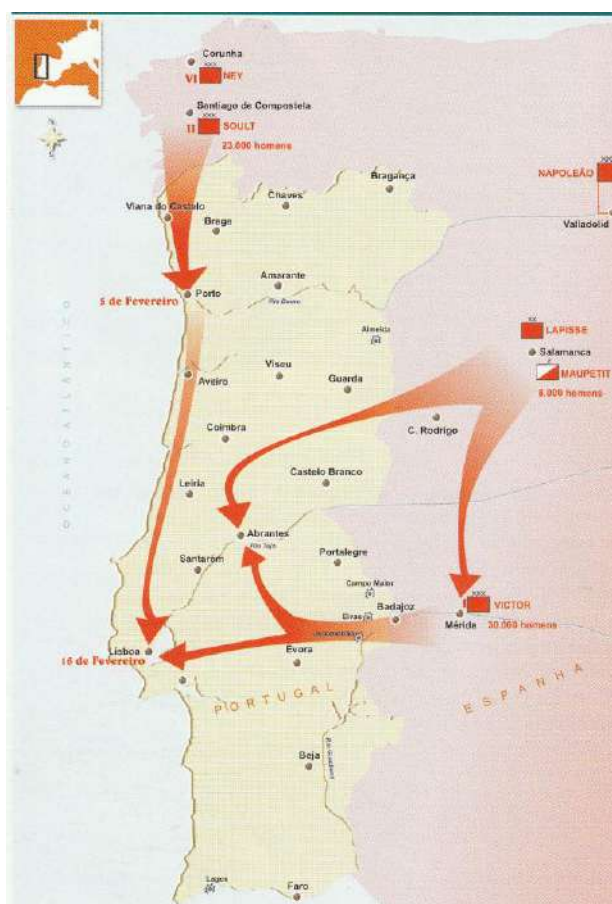
Entretanto, do lado português, a perspectiva de invasão obrigou a tomada de medidas defensivas na raia, apoiadas nas fortificações existentes, nos obstáculos naturais (orográficos e hidrográficos) e recorrendo à tropa de linha e às milícias e ordenanças, estas deficientemente equipadas e mal-armadas. A defesa da fronteira Norte fica a cargo do general Bernardim Freire de Andrade (Porto), que conta com cerca de 1.400 homens, e do Brigadeiro Francisco da Silveira (Trás-os-Montes), contando com 2.800 homens. A defesa das beiras compete aos generais Pinto Bacelar (Guarda) e Miranda Henriques (Tomar), cada qual com uma Divisão. No Alentejo, a missão de defesa é confiada ao general Francisco de Paula Leite, dispondo das guarnições das praças de Elvas, Marvão, Estremoz e Beja.

O esforço principal de guarnição incidiu nas praças de Valença (Minho), Chaves (Trás-os-Montes), Almeida (Beira Alta), Abrantes (Estremadura) e Elvas (Alentejo), os ferrolhos de fronteira. As milícias não integradas no exército de linha ou posicionadas nas praças fronteiriças foram disseminadas pela região entre o Mondego e o Tejo, com o objectivo de

«varrer» esse espaço e garantir protecção avançada a Lisboa, que foi «blindada» com uma linha entrincheirada na região da Ericeira-Mafra-Montachique-Bucelas⁹.

Aparentemente, o plano de invasão de Napoleão apresentava amplas condições de sucesso: atacava Portugal através de três eixos de penetração (Minho, Beiras e Alentejo)¹⁰, as suas forças eram experientes, o inimigo estava desorganizado e, pensava-se, não podia contar com o apoio britânico. Como Napoleão tinha noção das dificuldades que o áspero terreno do Norte de Portugal ofereceria às movimentações militares, planeou a conquista de Lisboa através de movimentos executados ao longo da faixa litoral.

Mas a aparência ultrapassava a realidade: 1) as forças que utilizariam os três eixos de penetração estavam demasiado afastadas para permitirem apoio mútuo em face do reduzido número de efectivos, sujeitando-se a que fossem batidas por partes; 2) pior ainda, era necessário convergir essas forças no centro de Portugal (região de Abrantes) para direccionar o ataque em direcção a Lisboa; 3) ignorou-se a motivação de resistência dos portugueses; nas tropas imperava a fadiga devido às ininterruptas campanhas na Península; 4) rareava o apoio sanitário, a logística, escassa, dependia de requisições a efectuar em território inimigo, onde os residentes não eram nada atreitos a colaborar. Acresce que a Regência Portuguesa pôde reorganizar um sistema defensivo e obter apoio militar de Londres; 5) e os contratempos para os franceses sugeriram ainda antes do início das operações, devido à continuada acção de resistência espanhola a leste de Orense, o que retardou Ney.



*Plano Napoleónico de invasão de Portugal, 1809.
Fonte: Carlos Azeredo, 2009.*

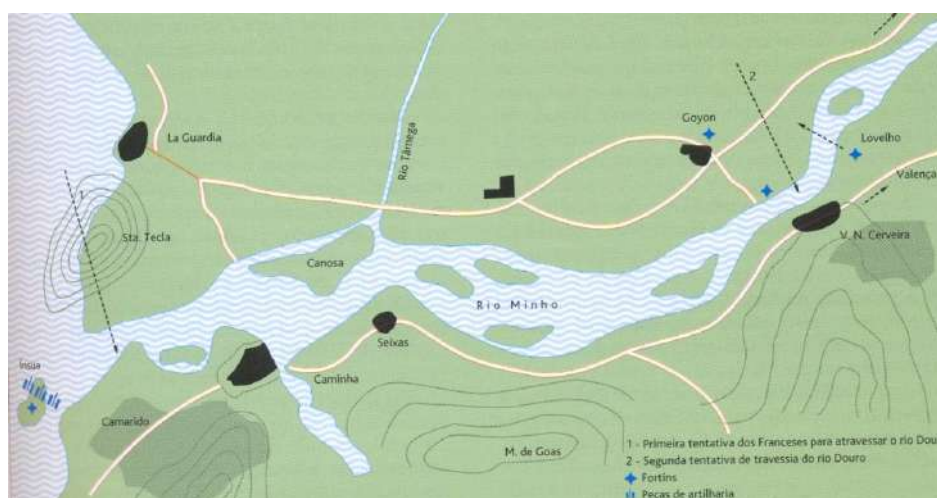
⁹ Prelúdio das futuras Linhas de Defesa de Lisboa, conhecidas como Linhas de Torres.

¹⁰ As recomendações feitas a Soult sobre a melhor ‘porta de entrada’ em Portugal recaíram sobre Chaves. Contudo, Soult executou várias tentativas para transpor o Minho visando iludir as tropas portuguesas sobre a verdadeira rota escolhida: Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Verbo, 1989.

Instalado em Santiago de Compostela, Soult implementou um dispositivo escalonado: 1) a Divisão de Mermet em Betanzos, protegendo a retaguarda, enquanto não fosse substituída por Ney; 2) a Divisão de La Houssaye em Ribadavia e Salvatierra; 3) a Divisão Franchesi ocupou posições até ao rio Minho, em Tuy; 4) a Divisão Merle ocupou posições em Pontevedra.

Cumprindo ordens, Soult aguardou o reforço de Ney, só iniciando os movimentos em 8 de Fevereiro (numa altura em que já devia estar no Porto), e atingiu Tuy no dia 10, enquanto a Divisão de Mermet aguardava a chegada de Ney. Cerca de 16.000 homens foram dispersos entre Santiago e Vigo, ocupando posições. Nesse mesmo dia, Soult desceu até La Guardia, onde efectuou reconhecimentos às defesas portuguesas no Minho. Projectou, então, forçar a passagem do Minho a jusante da praça de Tuy.

Do outro lado da fronteira, o General Bernardim Freire de Andrade organizava a defesa, aproveitando as vantagens do rio Minho no percurso que separa Portugal da Espanha (65 km) que, com as margens apoiadas entre o oceano e a serra da Peneda, era uma excelente orla anterior da zona de resistência, favorecida à época pelo caudal que as chuvas dos últimos dias tinham propiciado. Ordenou, então, a retirada para a margem esquerda todos os barcos que havia no rio, posicionou tropas e alguns populares ao longo das margens e instalou o seu quartel-general ao centro da linha, em Ganfei (próximo de Valença).



Tentativa de passagem do Minho por Soult. Fonte: Themudo Barata, 2004.

A 16 de Fevereiro, depois de juntar uma flotilha de 16 barcos retidos pelos pescadores de Guardia, Soult inicia a travessia em direcção à praia de Camarido (Caminha), sendo repellido pelo fogo português, onde se destacou o Tenente-Coronel José Champalimond. Repete uma série de tentativas para a transposição do rio em Caminha, Vila Nova de Cerveira e Viana do Minho, todas frustradas. O Marechal francês apercebeu-se que seria muito difícil

penetrar a fronteira por essa zona, decidindo tornear o obstáculo. Mudou a sua linha de operações para atravessar o rio em Orense, onde chegou a 21 de Fevereiro. Entretanto, deixou ficar uma guarnição a prover Tuy (2.000 homens, 900 enfermos e 36 peças de artilharia), pensando na sua utilidade posterior para manter ligações de Braga e do Porto com a Galiza, onde permanecia Ney.

O trajecto Viana do Minho-Orense revelou-se um tormento, devido aos péssimos caminhos, pobreza da área e as continuadas acções de flagelação que lhe moveram as populações minhotas, infantas do Regimento de Infantaria 12 que, comandados pelo Tenente João de Almeida de Sousa e Sá, se tinham infiltrado na Galiza, e as tropas do Marquês de la Romana, que operava com cerca de 8.000 homens perto de Orense. As dificuldades foram de tal ordem que Soult foi obrigado a permanecer nove dias em Orense, para ‘se desfazer’ dos feridos, descansar as tropas e reunir artilharia e meios logísticos (gado e solípedes para os carros das bagagens). Neste período, a Cavalaria de Franceschi efectuou reconhecimentos à estrada de Monterey para Portugal.

Como se constata, o plano inicial de invasão concebido por Napoleão ruía com estrondo e Soult teve de engendrar uma manobra de contingência que, necessariamente, teria Chaves como ponto de passagem, tendo à sua disposição 20.000 soldados.¹¹

3. A OCUPAÇÃO DE CHAVES PELOS FRANCESES¹²

Entre o vale do Lima e o vale do Tâmega, o comandante francês optou por este último, mais longo, mas mais acessível – apresenta a direcção Monterrey-Verin-Chaves, um amplo e plano espaço para manobras militares. Em Chaves, o itinerário ramifica-se para Vila Real-Amarante-Porto ou para Braga, através das serras das Alturas e da Cabreira, que limitam a bacia do Tâmega. Outra vantagem em atacar por Chaves, que Soult não ignorava, era a de que

¹¹ Em finais de Fevereiro, Soult que, de acordo com as previsões de Napoleão, devia ocupar Lisboa. O descrédito quanto ao sucesso da invasão instalou-se, de tal forma que o Marechal Jourdan escreveu a Napoleão (25 de Fevereiro) a aconselhar o abandono da expedição: Carlos de Azeredo, ob. cit.

¹² Os acontecimentos relativos à queda e reconquista de Chaves têm como base os seguintes autores: Abílio Pires Lousada e António Lage Almeida, “A Reconquista de Chaves”, in *Jornal do Exército*, Março de 1997; Alexandre José Malheiro Madeira, *Chaves na Guerra Peninsular*, Porto, Propriedade da Empresa de Ilustração Transmontana, Março de 1909; Alfredo Pereira Taveira, ob. cit.; António Adriano Beça, *O General Silveira: a sua Acção Militar na Guerra Peninsular*, Edição do Autor, 1909; Barros Rodrigues, ob. cit.; Carlos de Azeredo, ob. cit.; Carlos da Costa Palmeira, *Como o Tenente-General Francisco da Silveira Preparou a Defesa de Trás-os-Montes*, Tipografia Mesquita, 1944; Cláudio de Chaby, *Excerptos Históricos, e Collecção de Documentos Relativos á Guerra Denominada da Peninsula, e ás Anteriores de 1801, e do Roussillon e Cataluña*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865; Júlio Montalvão Machado, *Crónica da Vila Velha de Chaves*, 3.^a Edição, Chaves, Dezembro de 2006.

Mas na cabeça do Marechal existia outra preocupação que o levou optar pela várzea flaviense: o marquês de La Romana. Este, no comando de 8.000 homens, mantinha profícua actividade militar na região, estando nessa altura nas imediações de Monterrey. Soult sabia que antes de penetrar a fronteira portuguesa tinha de anular a ameaça do comandante hispânico.

Ao tomar conhecimento que La Romana, perseguido por Soult, se refugiara em Monterey, Silveira estabeleceu contacto com o oficial espanhol, no sentido de actuarem de forma conjunta para barrarem o acesso aos franceses na fronteira.

[illegible]

Carta das Operações: Fonte: Imprensa Nacional.

9

O plano defensivo de Silveira era adequado às circunstâncias: 1) Pizarro, em Vilaça, e La Romana, em Monterey, vigiavam mutuamente a aproximação francesa em lados opostos do Tâmega; 2) em Montalegre, o Batalhão de Infantaria evitava um eventual envolvimento francês; 3) as forças portuguesas e espanholas, posicionadas ao longo das duas margens do rio, acompanhavam a marcha inimigo, dando-lhe combate; 4) o Barão de Eben intentava dispersar forças de Soult mediante acções «de guerrilha» pela Galiza.

Mas as «coisas» não correram como desejado. O Marechal francês organizou a ofensiva em conformidade com a técnica napoleónica do *Bataillon Carré*¹³: 1) a 2.^a Divisão de Infantaria (Mernet) e a 3.^a Divisão (Delabord) constituíam o centro do dispositivo, marchando pela margem direita e esquerda do Tâmega, respectivamente; 2) a 4.^a Divisão de Infantaria (Heudelet) e uma Divisão de Cavalaria (Franceschy) formavam a vanguarda; 3) as guardas de flanco era da responsabilidade de uma Divisão de Cavalaria (*La Hussaye*) e de uma Brigada de Cavalaria da Divisão Franceschy (*Lorges*), flancos esquerdo e direito, respectivamente; 4) a guarda de retaguarda era incumbência da 1.^a Divisão de Infantaria (*Merle*).

Com este dispositivo, Soult procurou, desde logo, fixar e destruir as forças de La Romana, para não ficar sujeito a ameaças pela retaguarda antes de avançar para Chaves. Nesse sentido, a vanguarda do seu dispositivo dirigiu-se para Guinzo, Vila de Rey e Monterey, seguida pelas restantes forças na direcção de Alariz; a cavalaria de Lorges foi para Girona, para vigiar o flanco direito.

Os movimentos iniciaram-se a 4 de Março e, no dia seguinte, Soult instalou-se em Vila de Rey. Seguiu-se Monterey, para onde avançou a cavalaria de La Hussaye, na esperança de detectar La Romana. Este, entretanto, tinha abandonado a posição e os franceses ocuparam-na, sustentando o flanco esquerdo. Entretanto, no dia 6 a vanguarda de Franceschy, depois de transpor a serra do Larouco e passado por Verin, entrou em contacto com La Romana. De imediato, avançou um Regimento da Divisão Heudelet e travou-se combate. Batido de frente pela infantaria de Heudelet e de flanco pela cavalaria de Franceschy, as forças espanholas são obrigadas a desempenhar-se para não serem aniquiladas.

La Romana, sofrendo 1.600 baixas, retirou para Vila Franca e internou-se na província de Leão¹⁴. Os relatos que consultamos relativamente a este episódio inferem que La Romana,

¹³ O *Bataillon Carré* consistia numa Formação de expectativa, onde os corpos de exército se dispunham nos vértices de um quadrado cobertos por uma cortina de reconhecimento. Uma vez detectado o inimigo, estes CE manobravam para concentrar, deter, envolver ou tornear de modo a bater o inimigo. Assim, a flexibilidade do dispositivo permitia o combate em todas as direcções.

¹⁴ Marechal Soult, *Memórias do Marechal Soult sobre a Guerra em Portugal e Espanha* (Introdução de António Ventura), Lisboa, Livros Horizonte, 2009.

ao retirar, quebrou o acordo defensivo firmado com Silveira, abandonando-o à sua sorte. Contudo, importa ler os acontecimentos à luz da época. La Romana dependia da Junta da Galiza e o *modus operandi* movido contra os franceses não se compadecia com empenhamentos decisivos, contraproducente nos combates contra as tropas francesas. Na verdade, fustigou sistematicamente o invasor desde a sua marcha do Minho a Orense. Depois, mediante interesse mútuo, acorda verbalmente com Silveira uma operação defensiva combinada. Mais eficaz no combate irregular, La Romana retira depois do revês sofrido perto de Verin. Na verdade, o mesmo acontecerá, logo de imediato, às forças de Pizarro, que protegia o flanco oposto ao do comandante espanhol.

Eliminado o flanco direito do sistema defensivo montado por Silveira, os franceses orientam, a 7 de Março, o esforço para o flanco esquerdo, guardado por Pizarro. Sem apoio próximo, o oficial português é acometido, mediante uma manobra de cerco, pela Brigada de Cavalaria de Caulincourt e o Regimento de Infantaria de Foy (Divisão Delaborde), unidades da vanguarda. Segue-se um violento recontro na área de Outeiro de Vilaça, que durou toda a tarde. Ao cair da noite, Pizarro, impotente, retira para Vilarelho da Raia e Portela do Avado.

No dia seguinte, Silveira efectuou reconhecimento para se inteirar da situação. Pizarro permanecia em Vilarelho da Raia, La Romana tinha retirado definitivamente e o grosso do efectivo estava posicionado em Outeiro Seco. Do lado francês, em Verin estava instalado o posto de comando de Soult, o convento de Monterey funcionava como hospital de campanha, a cavalaria organizava-se em Tamaguelos e parte da infantaria instalou-se em Oimbra.

A leitura táctica dos acontecimentos era óbvia para Francisco da Silveira: anulada a vanguarda luso-espanhola, os franceses atacariam sem restrições as forças portuguesas ao longo das margens do Tâmega, o que equivalia a dizer que tinham via aberta para a Veiga de Chaves. Enfrentar em campo aberto um contingente militar numericamente superior, mais bem armado e equipado e com uma cavalaria adequada a manobrar no terreno circundante, equivalia a oferecer-se à aniquilação. Portanto, o General português retirou para Chaves, permanecendo o Tenente-Coronel Magalhães Pizarro mais um dia em Vilarelho da Raia, como força de cobertura.

Ao retirar para Chaves, Silveira percebeu que as fortalezas não ofereciam condições para uma defesa sustentada, as peças de artilharia de sítio eram insuficientes e não abundavam militares capazes de as guarnecerem. Ao invés, sobrava o ânimo exaltado das massas populares que, à medida que tomavam conhecimento do desenrolar dos acontecimentos, afluíam a Chaves bramando «morte aos jacobinos». Mas, do mesmo modo que afrontar Soult na várzea constituía um erro táctico, combatê-lo a partir das muralhas da vila representava um

suicídio. Conhecedor do comportamento francês perante a resistência portuguesa, Silveira percebeu que o melhor era os residentes manterem uma atitude passiva e os militares abandonarem a vila, para evitar chacinas. E foi esse o conselho que passou aos seus conterrâneos, na pessoa do governador, Coronel João de Sousa Silveira Magalhães. Enquanto este compreendeu a gravidade da situação, os populares apuparam o Brigadeiro de traidor.

Silveira retirou, de imediato, com o governador e os efectivos que estavam sob o seu comando¹⁵, bivacando-se no alto de Santa Bárbara¹⁶. Em Vilarelho da Raia permanecia Pizarro, em observação dos movimentos inimigos, e foram instalados postos intermédios em Outeiro de Jusão e S. Pedro de Agostem.

Na manhã do dia 9, os ânimos em Chaves agudizam-se. O Capitão José Maria assume a galvanização dos flavienses, bramando que a praça era defensável. Tanto bastou para que se procedesse a distribuição de armas pelo povo e se ‘desenterrassem’ velhas peças de artilharia, que foram posicionadas pelas fortalezas. Eis, então, que o Tenente-Coronel Pizarro chega a Chaves, incapaz de aguentar a posição em Vilarelho, devido ao avanço francês. É aclamado pelos presentes, motivado à resistência e oferecem-lhe o comando da defesa. Pizarro anui, o que equivale a dizer que permanecerá na praça ao arrepio das intenções de Silveira.

Constatando a aproximação de Soult e conhecendo as recentes deliberações tomadas em Chaves, Silveira regressa à vila no dia 10. Pretende, numa derradeira tentativa, intimar Pizarro das inconveniências da sua intenção, cujo fulgor e tropa sob o seu comando será mais útil em posteriores combates, levar para Santa Bárbara o armamento existente e demover a resistência popular, prevendo desnecessário um banho de sangue. Defender Chaves, sim ou não? A decisão seria tomada por deliberação dos presentes, reunidos em «Conselho Militar»¹⁷. A maioria intuiu que, efectivamente, a praça não era defensável. Assim, para formalizar uma decisão decidiu-se que as opiniões de cada um fossem passadas a escrito e lavrada uma acta da reunião. Eis quando alguém irrompe avisando que os franceses estavam à vista da praça e se preparavam para a atacar. Seguiu-se a confusão. Enquanto os sinos repicavam e Silveira

¹⁵ Na praça permaneceram populares, as milícias de Chaves e ordenanças.

¹⁶ A posição de Santa Bárbara situa-se 5km a sudoeste de Chaves. É uma posição forte, atendendo à orografia, domina as planícies que circundam a povoação e cobre a linha de operações apoiada no vale do Tâmega, ou seja, a estrada de Vila Real: Ferreira Gil, ob. cit.

¹⁷ Além do Brigadeiro Francisco da Silveira, estavam presentes os Coronéis António Wenceslau Doutel de Almeida, João de Sousa Ribeiro da Silveira Magalhães e Agostinho Luís da Fonseca; Tenentes-Coronéis José António Ferreira de Montalvão, Francisco de Figueiredo e Francisco Magalhães Pizarro; Sargento-Mor Francisco de Almeida; Domingues Alvares Lobo, Juiz de Fora da comarca de Chaves, como auditor.

procura convencer os presentes a retirarem com ele, o Capitão de engenheiros José Maria incentiva à luta e o Tenente-Coronel Pizarro¹⁸ assume o comando da praça.

Enquanto ocorreram estas vicissitudes em Chaves, que fizeram os franceses? Seguindo a direcção Verin-Feces-Vilarinho, de onde escorraçaram Pizarro, montaram bivaque próximo de Bostelo. No dia 10 de Março, acercam-se Chaves e intimam à sua rendição. Da praça, responde-se pelo fogo. Soult, entretanto, envia emissários a Silveira, propondo-lhe a rendição e «acenando-lhe» com o governo de Trás-os-Montes em nome de Napoleão. O brigadeiro português respondeu que a entrega da praça não lhe dizia respeito e, quanto à proposta, “*não podia ouvir tais proposições quem tinha a honra de comandar portugueses, e que nenhuma outra aceitaria senão a de ficar ele Soult prisioneiro de guerra*”¹⁹.

Na manhã do dia 11, enquanto intima a guarnição à rendição, Soult prepara a ofensiva à praça, empenhando a Divisão de Infantaria de La Haussauye e a Divisão de Cavalaria de Franceschy, que cercam a praça pelas duas margens do rio. Enquanto isso, Pizarro envia a Santa Bárbara o Cadete José Carneiro a pedir conselhos sobre a atitude a tomar. A resposta de Silveira é lapidar: o assunto deixou de lhe dizer respeito. Porém, informa que caso queiram abandonar a praça lhes cobre a retirada, disponibilizando-se, nesse sentido, a enviar forças para Outeiro de Jusão, o que chegou a fazer.

O Tenente-Coronel Pizarro permanece em dilema; incapaz de resistir ao cerco que se organiza à sua volta, sem motivação para retirar e esperando o auxílio de Silveira que não chegará, rende-se na noite de 11 de Março. Na manhã do dia 12, os franceses entram na vila, ocupando-a em nome do imperador e aprisionando a guarnição²⁰.

Em posse da vila, Soult adoptou medidas administrativas e militares. Para Chaves foi transferido o hospital de campanha a funcionar em Monterey, aí ficando 1.400 doentes. O Governo da praça foi entregue ao Major Messenger, que contava com uma reduzida guarnição militar de 100 soldados. Entretanto, para vincar a sua posição de proeminência, em ordem do dia proclamada ao seu exército, Soult assume o título de Governador-geral de Portugal.

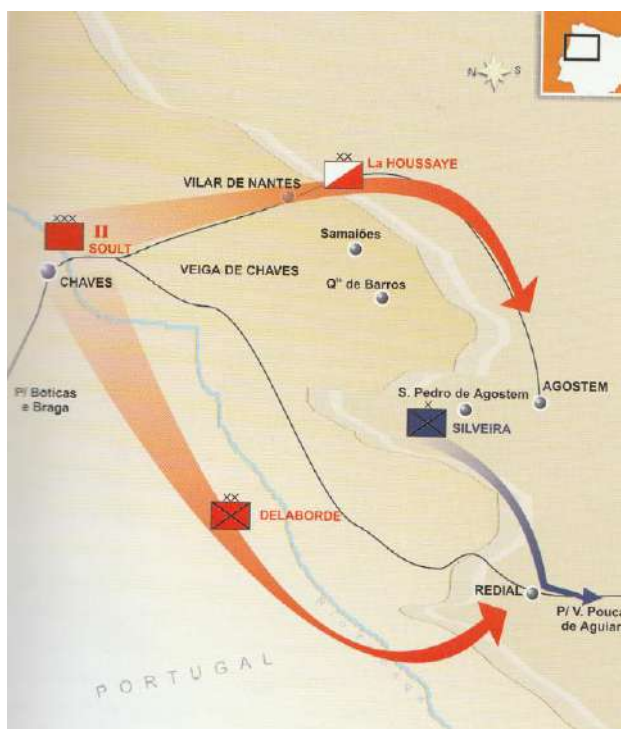
¹⁸ O Tenente-Coronel Magalhães Pizarro, finda a invasão de Soult, será presente a Conselho de Guerra, acusado pelo então Marechal de Campo Francisco da Silveira de desobediência. Pizarro será absolvido, atendendo à circunstância de, enquanto comandante do Regimento de Infantaria 12 de Chaves, ter procurado defender a sua guarnição militar, embora de forma contraproducente.

¹⁹ Anónimo, *Comemoração do Cerco e Tomada de Chaves*, Porto, Typografia do Porto Médico, 1909.

²⁰ A guarnição compreendia 500 homens do Exército de Linha; 2.000 milícias; 1.200 ordenanças. Soult tomou também posse de 50 peças de artilharia, a maioria das quais incapazes de fazer fogo. O destino dos sitiados foi diferente: enquanto os homens de linha foram organizados em companhias e seguiram com o exército francês, as milícias e as ordenanças foram enviadas para casa desarmadas.

4. A RECONQUISTA DE CHAVES POR FRANCISCO DA SILVEIRA

Com Chaves controlada, para Soult o passo seguinte seria tomar o caminho em direcção ao Porto. Mas antes, tal como acontecera quando atingiu Orense, impunha-se anular resistências na área de operações, leia-se Francisco da Silveira. Assim, logo no dia 12 de Março, os franceses procuram envolver a posição de Silveira no alto de Santo Bárbara (S. Pedro de Agostem): a Divisão de Infantaria de Delaborde pela margem direita do Tâmega até Polderado e Redeal; a Divisão de Cavalaria de La Houssaye pela margem esquerda em direcção a Nantes-Portela de Lagarelhos.



Tentativa de envolvimento de Silveira. Fonte: Carlos de Azeredo, 2009.

Silveira estava perante um ataque em tenaz, a que se furtou, retirando durante a noite para as alturas de Oura e Reigaz. Na manhã seguinte, ocupou nova posição próximo de Vila Pouca, que lhe permitiu seguir o movimento francês pela estrada de Vila Real.

Estava-se perante um «jogo do gato e do rato». Um jogo que Soult não estava em condições de prosseguir, por falta de tempo. Assim ignorou Francisco da Silveira, cingindo-se a sua preocupação a iludi-lo relativamente ao itinerário que utilizaria. Desta forma, cometeu um erro operacional grave, que lhe trará consequências²¹, tanto

mais que não conseguiu iludir Silveira quanto à sua direcção de marcha.

A 14 de Março, tendo Chaves como base de operações, Soult ponderou o melhor percurso a seguir para atingir o Porto. Tem dois itinerários alternativos: Chaves-Vila Pouca de Aguiar-Vila Real-Amarante-Porto; Chaves-Venda Nova-Ruivães-Braga-Porto. Escolheu o segundo, por ser mais curto, o melhor para a artilharia transitar, por antever que em Braga

²¹ Dizia Napoleão que o segredo da guerra está no segredo das comunicações, de tal forma que mudar a sua própria linha de operações é uma operação de génio e perdê-la é um facto tão grave que torna criminoso o general que disso for culpado. Soult, que mudou constantemente a sua linha de operações, permitiu, após a reconquista de Chaves, que Silveira lhe cortasse, manobrando sistematicamente na sua retaguarda.

havia os recursos necessários para a tropa, que Vila Real não garantia²², a possibilidade de derrotar no Minho Bernardim Freire e por ser o eixo que melhor garantia a possibilidade de ligação, via Tuy, com as forças de Ney, que operavam na Galiza.

Na esperança de enganar Silveira, que manobrava nas imediações de Vila Pouca de Aguiar, Soult enviou os dragões do General Larges pela estrada de Vila Real, lançando a partir de Oura, no dia 17, um reconhecimento a Vila Pouca. Larges retirou pouco depois e retomou a coluna francesa.

Contudo, Silveira, prevendo um ataque às suas posições, que não aconteceu, enviou um destacamento a avaliar a situação, ficando claras as intenções de Soult. Não lhe dá tréguas, de tal forma que, em Salamonde, depois de atravessar o Tâmega em Mondim de Basto, secundou os ataques dos populares da região, acometendo o flanco da coluna francesa no desfiladeiro de Venda Nova. Foi repellido pela cavalaria de Jordan e inverteu a marcha.

Soult seguiu para Braga em direcção às tropas de Bernardim Freire de Andrade e Silveira retrocedeu para a região de Chaves. Reconquistar a praça surge como possibilidade de manter sob pressão o Marechal do império. Na verdade, o normativo operacional do comandante transmontano mantém-se: combater e flagelar o inimigo sem empenhamentos decisivos, técnica do «bate e fuge».

A 18 de Março, Francisco da Silveira inicia reconhecimentos de modo a avalizar a real dimensão da presença francesa na região flaviense. Um contingente de 800 homens acerca-se da área de Soutelinho, a 17km da vila, sem contactar com forças francesas. Chaves continua entregue a Messenger e a uma reduzida guarnição, sobretudo preocupada com a guarida das centenas de doentes e os humores da população. Assim, a 19 de Março, Silveira regressa à posição de Santa Bárbara, seu centro de operações, onde acampa. Nessa altura, avista uma patrulha francesa montada de 20 homens. A sua presença é notada e, na vila, a inquietação cresce. De tal forma que, na manhã do dia 21, uma patrulha com dezenas de homens sai de Chaves e aproxima-se da posição de Santa Bárbara. Messenger precisa de perceber qual o potencial de combate de Silveira e quais as suas intenções.

Não tardará sabê-lo. Aliás, são as patrulhas que Messenger envia em missão de reconhecimento que decidem Silveira a atacar Chaves, certo de que a sua defesa se cingia a uma pequena guarnição. A operação reconquista de Chaves tem início a 21 de Março, na

²² A desilusão dos franceses foi total quando atingiram e ocuparam Braga, em 20 de Março de 1809. *“Imaginavam encontrar a terra da promessa e deparou-se-lhes uma cidade deserta e sem recursos nem comodidades”*: Ferreira Gil: ob. cit.

altura em que Soult, finalmente, ocupava Braga, desde o dia anterior, e a população da cidade dos arcebispos «lhe fez o favor» de matar o General Bernardim Freire de Andrade²³.

«Os dados estavam lançados». Nesse mesmo dia, Silveira organiza as suas forças (tropa de linha dos Regimentos de Infantaria 12 e 24 e Regimentos de Cavalaria 6 e 9, e os efectivos irregulares) e arranca, sem oposição, em direcção a Chaves. Conhece bem a praça e, portanto, dispõe os efectivos de forma a atacar pelos pontos mais vulneráveis: desde Cavaleiro da Amoreira até à brecha dos Açougues. Inicia-se o assalto que conta com a resistência obstinada da guarnição francesa. No limite, ocorrem combates corpo-a-corpo, com os quais os defensores são rechaçados.



Planta da praça de Chaves. Fonte:
<http://chavesantiga.blogs.sapo.pt>

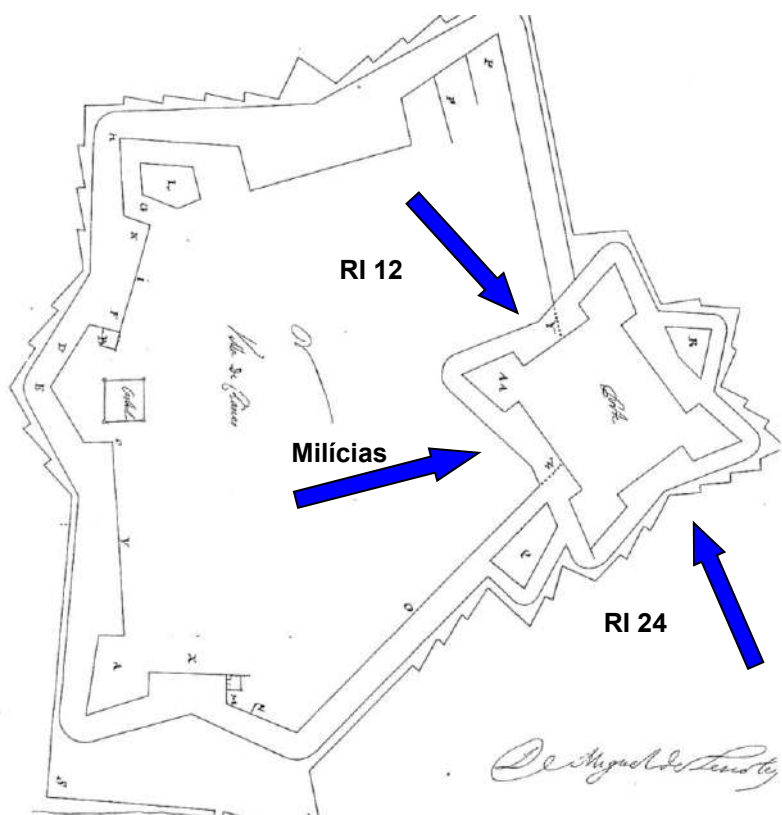
Incapazes de sustentarem a defesa da praça através das muralhas, os franceses retiram para a alcáçova o que, no caso concreto, significa o forte de S. Francisco. Para trás ficam 300 mortos e 200 prisioneiros. A confusão é tremenda e Messenger espera resistir no forte o tempo suficiente até uma eventual chegada de reforços. Contudo, existem alguns constrangimentos. Na fortaleza pouco mais existia que uma quantidade considerável de enfermos, alguns renegados portugueses e prisioneiros espanhóis de La Romana, o que equivale a dizer que a tropa para pegar

em armas eram insuficientes. Messenger estava a meia distância de uma possível ajuda de Ney (Galiza) e de Soult (a caminho do Porto), ignorantes do que se passava em Chaves nessa altura, por um lado, e excessivamente empenhados para se preocuparem com este, por outro. Nas redondezas inexistiam tropas imperiais, apesar de Chaves ser o elo de ligação entre Tuy e

²³ O assassinato do Governador minhoto foi tão bárbaro e injusto quanto prejudicial. Bernardim Freire, à semelhança de Silveira em Chaves, sabia que a cidade era indefensável. Tal como Silveira, Bernardim Freire pretendia retirar a sua força para montar a resistência em posições sucessivas, entre Braga e o Porto, para desgastar o potencial e o ímpeto do comandante francês. Do mesmo modo que em relação a Silveira, as opiniões de Bernardim Freire não surtiram efeito nos compatriotas, que o tacharam de traidor e «jacobino». A única diferença foi o remate final sofrido pelos comandantes que defendiam as Armas Portuguesas a Norte do Douro.

Braga; o forte de S. Francisco não tinha as condições defensivas de uma alcáçova dos castelos medievais, tanto mais que tinha parte da muralha arruinada.

Nestas circunstâncias, Francisco da Silveira pôde preparar com a calma possível um cerco adequado para fazer capitular o forte, onde a sua principal desvantagem consistia nas peças de artilharia. Foi proposta aos sitiados a rendição, que não foi aceite e, assim, entre os dias 21-24 de Março trocou-se fogo entre os dois lados da barricada. Se, para entrar na praça, o último rácio foi o combate à baioneta, para ocupar o forte impunha-se a escalada. Havia a alternativa de derrotar pela fome o reduto defensivo, mas isso implicava uma espera que podia ser longa e tempo era algo que Francisco da Silveira não tinha. Chaves não era o epílogo, mas um ponto intermédio da campanha contra a invasão francesa.



Forte de São Francisco – esquema de assalto. Adaptação de Arquivo Histórico-Militar.

Na manhã de 25 de Março, o comandante português decidiu-se pela escalada, uma operação difícil, perigosa e de resultados imprevisíveis, pensada para ser executada a partir de três pontos:

- 1) Infantaria 12 fã-la-ia a partir do picadeiro do Regimento de Cavalaria 6;
- 2) Infantaria 24 subiria pelas portas do forte;
- 3) as milícias actuariam pela Senhora da Lapa.

Ao longo do perímetro, as restantes forças, sobretudo Cavalaria 6 e 9, vigiavam as imediações e obrigavam pelo fogo o inimigo a manter «cabeça baixa». Implantado o dispositivo, Silveira lançou um ultimato a Messenger, a rendição ou o assalto. Este pediu uma hora de tréguas, para tomar uma deliberação. O tempo esgotou-se e Silveira, sem resposta, informa que dentro de cinco minutos iniciava a operação. A porta abre-se e sai um oficial francês que entrega a Silveira uma petição com as condições de rendição: a permissão de os franceses saírem do forte em liberdade e, com armas e bagagens, abandonarem Chaves para se irem reunir a Soult.

Silveira replica que a rendição é sem condições.

Sem alternativas, Messenger rende-se e, com ele, cerca de 1.300 soldados, 25 oficiais e entre 40 a 50 civis. Com esta a rendição, caíram «nas mãos» de Silveira 12 canhões, 1.200 espingardas, 50 cavalos e 30 solípedes de carga. Como a prática cavalheiresca da guerra ainda tinha à época quem a executasse, Silveira tratou com dignidade os vencidos e, num gesto magnânimo, simbolicamente importante, permitiu que Messenger conservasse a sua espada. Seguiu-se o formalismo dos termos da capitulação, assinada pelo Quartel-Mestre Diogo José Martins em nome do Brigadeiro Francisco da Silveira, que referia:

«Capitulação feita entre o ill.mo e ex.mo sr. Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, governador das armas da província de Traz os Montes, e comandante da tropa da mesma, com o Sr. Chefe do batalhão Messenger, comandante da tropa francesa da guarnição da cidadella do forte de S. Francisco da praça de Chaves.

Artigo I — O forte de S. Francisco de Chaves será entregue já às tropas portuguesas, que estão debaixo do comando do dito Sr. General Silveira.

Artigo II — A guarnição deporá as armas, e ficará prisioneira de guerra, ficando guardada em uma villa, ou praça que lhe assignar o dito Sr. General Silveira.

Artigo III — Aos oficiais, oficiais inferiores, soldados e empregados de administração civil lhes é concedida a sua bagagem pessoal, bem entendido que é só o seu fato militar.

Artigo IV — Os cavalos dos oficiais, e da tropa, todas as munições e efeitos de qualquer natureza que sejam, à excepção dos expressados no artigo III, serão entregues aos comissários portugueses, que forem nomeados para os receberem.

Artigo V — O Sr. General Silveira promete aos Srs. oficiais, e empregados civis cavalgaduras para irem a cavalo até o seu destino.

Artigo VI — O Sr. General Silveira, querendo dar à guarnição uma prova de estimação, que lhe tem inspirado a braveza, que mostrou nos seis dias que durou o

bloqueio do forte de S. Francisco, consente que os Srs. oficiais só entreguem as suas espadas à saída de Chaves; e em atenção ao bem que se comportou o Sr. comandante consente que este conserve a sua.

Artigo VII — O Sr. General Silveira garante a guarnição francesa de qualquer insulto, ou ultraje, e a mandará municiar; e o Sr. comandante francês se obriga a responder pelo comportamento dos seus soldados.

Artigo VIII — O Sr. General Silveira mandará assistir aos doentes franceses, que se acharem nos hospitais, e que não possam marchar.

Artigo IX — Será dada uma ordenança portuguesa ao Sr. chefe de batalhão Messenger para por ela dar parte ao seu general em chefe do rendimento da cidadella de Chaves, e esta parte será dada aberta.

Feita em Chaves, duas iguais, aos 25 de Março de 1809 — Está conforme: Quartel-general de Chaves, 26 de Março de 1809. Diogo José Martins, quartel mestre como secretário»²⁴.

É também digna de realce a reacção do General Beresford que, em Ordem do Dia 2 de Abril, depois de referir sucintamente as ocorrências da perda e reconquista de Chaves, enfatiza:

“A firmeza do dito Brigadeiro conseguiu salvar o resto do seu Exército, e pollo em circunstâncias de adquirir maior glória, e merecer os agradecimentos da sua Pátria. Hé com o maior prazer, que o Marechal dá hum testemunho público da sua grande approvação da conducta do Brigadeiro, a qual elle há-de levar com igual satisfação à Presença de S.A.R., o Príncipe Regente N.S.”.

Depois, e ainda a 25 de Março, os prisioneiros foram conduzidos a Vila Real, de onde seguiriam, posteriormente, para Lisboa.

Quando Chaves capitulava, Soult iniciava as operações de transposição dos rios Ave e Vizela, linha defensiva avançada do Porto, que seria ocupado quatro dias depois. Porém, o destino do Duque da Dalmácia estava traçado. Chegou ao Porto com cerca de mês e meio de atraso, com potencial reduzido e o moral dos soldados lapidado. E, o Porto, foi o fim da linha.

²⁴ Cit. Coronel Cláudio Chaby, ob. cit.

CONCLUSÕES

Na Invasão de Soult, o Norte de Portugal e, especificamente, o Minho e Chaves são o palco, constituindo o resto do país os bastidores. Entre o Minho, mal reconhecido, e Chaves, perda da linha de comunicações, a invasão de Soult com destino intermédio ao Porto começou sob o signo de contratempos irreparáveis.

De facto, complementando as enxurradas do rio Minho, “*paisanos que metiam guarda e vigiavam sobre a planície*”²⁵, as milícias, ordenanças e alguns regulares de Bernardim Freire de Andrade obrigaram Soult a retroceder para Orense e a orientar a invasão para a várzea flaviense.

A reconquista de Chaves significou que o dinâmico Silveira cortou ao Marechal as comunicações e o veio logístico imprescindíveis com a Galiza e, pior, doravante, com ampla liberdade operacional, Silveira, que rapidamente se dirigiu para o vale do Ave, passou a actuar na retaguarda de Soult, ao longo da margem direita do Douro.

Entretanto, Beresford assumiu o comando em chefe do Exército Português e instalou o seu quartel-general em Tomar²⁶, ao mesmo tempo que guarnecia as principais penetrantes do território português e ‘blindava’ Lisboa; fez convergir os efectivos disponíveis para a margem esquerda do Douro; apertou o cerco a Soult, que tinha na Beira, onde permanecia Lapisse, o único elo de ligação com a Espanha; decidiu esperar pelo ataque de Victor, que nunca se materializou, a partir do Alentejo, para depois tentar a junção de forças junto a Lisboa.

Então, ocorre o combate da Ponte de Amarante, um ponto sensível que Silveira procurou obstruir e Soult teve de repelir. Depois, em Abril, o Exército Luso-Britânico, comandado pelo General irlandês Arthur Wellesley, prepara uma contra-ofensiva a partir de Lisboa, que se concretiza com o assalto ao Porto, em 12 de Maio. O ponto de apoio tinha sido Gaia, consubstanciado pela artilharia da Serra do Pilar. Cinco dias depois, através de marchas forçadas, perseguidos e flagelados, Soult e «companhia» abandonam Portugal via Orense, onde restabelecem a ligação com o VI CE de Ney²⁷.

A invasão malograra. Mas as tropas napoleónicas voltariam mais uma vez, no ano seguinte.

Definitivamente, o Norte de Portugal não era a região ideal para os franceses se instalarem: os itinerários, autênticos caminhos de cabras, eram péssimos, agravados pelos

²⁵ Manuel Themudo Barata, ob. cit.

²⁶ O triângulo Abrantes-Tomar-Santarém constitui o objectivo-área de expectativa estratégica, no que respeita à possibilidade de manobrar para Norte ou Sul do Tejo.

²⁷ Seguir-se-iam outras acções dos irregulares, desta vez efectuadas na Galiza pelo Marquês La Romana, que continuava activo e forçaria a retirada francesa da Galiza, em princípios de Junho.

deficientes meios de orientação cartográficos; a orografia era abrupta e a hidrografia difícil de vadear; os meios de subsistência alimentar escassos; as gentes eram arruaceiras e nada colaborantes quando coagidas; a conduta da tropa de linhas e das forças irregulares era arreigada.



Estátua equestre de Francisco da Silveira. Inaugurada em Chaves, junto do Forte de S. Francisco, a 25 de Março de 2009. Foto Autor.

Um último apontamento, em jeito de «nota de louvor», dirigido ao **Tenente-General Francisco da Silveira**, a grande figura militar portuguesa da Guerra Peninsular, atendendo à impressionante folha de serviço apresentada entre 1807 e 1813.

Durante a ocupação de Junot (1808), ainda como Tenente-Coronel, levantou em armas o Alto Douro, blindou o Marão à presença francesa e derrotou, com um punhado de tropas regulares, milícias e ordenanças, o temido General Loison (o maneta) em Padrões de Teixeira (Régua), obrigando-o a retroceder para Almeida, quando intentava a subjugação da insurreição nortenha. Na invasão de Soult (1809), com o posto de Brigadeiro, reconquistou Chaves, fruto da sua «teimosia» estratégica e inteligência táctica, cortou as comunicações do invasor do Minho com a Galiza, manteve-o sob constante pressão e, utilizando a guerra irregular, combateu-o na ponte de Amarante, barrando-lhe a passagem na região do Vale do Sousa. Na invasão de Masséna (1810-1811), a guerra irregular de Silveira é uma constante, combatendo os franceses em Puebla de Sanábria (Julho) e em Almeida (Agosto), atacando-os em Valverde e fustigando-lhes sistematicamente a coluna de marcha ao longo do percurso em direcção ao Mondego (Setembro). Reaparece na Beira Alta, aquando da retracção dos franceses após o malogro da Linhas de Torres, para combater sem tréguas a Divisão de

reforço do General Claparede ao longo da linha do Douro (em Vila da Ponte, Régua, Barca do Pocinho). Segue-se a guerra em território espanhol, onde Francisco da Silveira se vai cobrir de glória na batalha de Vitória e nas campanhas dos Pirenéus (1813).

Regressa doente a Portugal, sob os aplausos dos seus compatriotas e o reconhecimento por Beresford (Comandante Chefe do Exército Português) das suas inegáveis capacidades de comando, carisma pessoal e espírito patriótico.

Francisco da Silveira é, por si só, um «monumento nacional», que tem Chaves e Amarante como coroas de glória. Um típico militar transmontano, porque sincero, corajoso e hospitaleiro, por um lado e, por outro, um obstinado homem de acção, cheio de amor patriótico, bem merecedor da homenagem pública que a cidade que libertou há duzentos anos lhe fez, com a edificação de monumento defronte ao Forte de S. Francisco.

O Tenente-General Francisco da Silveira tem, finalmente, o monumento adequado aos seus pergaminhos de militar e patriota.